

---

# Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa<sup>1</sup>

AMÍLCAR GUERRA<sup>2</sup>

## R E S U M O

Dá-se a conhecer uma dezena de monumentos epigráficos em língua latina, identificados no decurso de diversos trabalhos arqueológicos levados a cabo no interior do Castelo de S. Jorge, em especial na zona da chamada “Praça Nova”. O núcleo evidencia grande diversidade, tanto no estado de conservação dos textos como no que respeita ao seu contributo para a história do *municipium Olisiponense*. A heterogeneidade manifesta-se igualmente no que concerne à cronologia das inscrições, abarcando uma ampla diacronia que vai desde o período alto-imperial até à Alta Idade Média. A esta última fase pertencem alguns exemplares que se integram no que se designa como “epigrafia paleocristã”, os quais constituem um interessante contributo para a análise das transformações ocorridas neste período pouco conhecido da história da cidade.

## A B S T R A C T

A group of ten so far unpublished Latin inscriptions, identified during the archaeological field work undertaken in the so-called “Praça Nova”, at the S. Jorge Castle, in Lisbon, is presented. The epigraphical core shows great diversity, both in the monuments’ conservation as in its contribution to the history of the *municipium Olisiponense*. The variety is also unveiled through the matters of the inscriptions’ cronology, which covers a wide diacrony going from the Early Imperial period until the Early Middle Ages. Some specimens belong to this last era and therefore fit into what is known as the “christian epigraphy”, establishing themselves as worthy insights to this part of the city’s history, which is so poorly known.

O conjunto epigráfico de *Olisipo* e do seu território constitui um dos mais numerosos da Península Ibérica e a análise da sua distribuição tem posto em evidência a elevada concentração de inscrições nesta área (Mócsy, 1985, p. 3; Ribeiro, 1994, p. 81). Este facto excepcional decorre, em primeiro lugar, da circunstância de a cidade se ter afirmado como uma importante área agrícola e, ao mesmo tempo, como a principal plataforma comercial da Lusitânia (Mantas, 1976, p. 152-162, 168-169, 1990, p. 160-173, 1996, esp. p. 354-263; Fabião, 1992, p. 231-232). Estas circunstâncias reflectem-se,

inevitavelmente, no poder económico dos seus habitantes, bem como no desenvolvimento urbano e na demografia da cidade. Mas a importância deste repertório resulta igualmente do facto de a comunidade cívica ter adquirido, desde cedo, o estatuto privilegiado de *municipium civium Romanorum*<sup>3</sup>, aspecto que está na base de uma intensa vida pública (Mantas, 1994, p. 71-72; Ribeiro, 1994, p. 77-78), espelhada em diversas manifestações epigráficas.

Contudo, o especial relevo que este amplo repositório de inscrições assume deve-se, em boa parte, à excepcional riqueza do território do *municipium* e dos seus importantes núcleos de inscrições, entre os quais sobressai o da região de Sintra, o qual, só por si, apresenta mais inscrições que a própria *urbs* (Ribeiro, 1982-1983, p. 158-165). Mas, para além deste, há que ter em conta os achados do restante espaço rural, com especial relevo para a área que actualmente corresponde aos concelhos de Torres Vedras (Mantas, 1982; Mantas, 1985) e Cascais (Encarnação, 2001). Merece ainda uma referência especial a região de Mafra, onde se tem vindo recentemente a registar também um número considerável de novas epígrafes, que aproxima esta área, tradicionalmente mais pobre neste aspecto, das zonas contíguas<sup>4</sup>.

Não devemos, por fim esquecer, que o território de *Olisipo* beneficia de um outro factor que deve ter contribuído de forma substancial para esta excepcional dimensão do repertório epigráfico, a saber, a existência de matéria-prima abundante e de muito boa qualidade, a qual serviu de suporte a uma grande parte dos monumentos erigidos na região<sup>5</sup>. Foi em especial utilizado um calcário local, conhecido habitualmente como “lioz”, por vezes designado como “pedra lioz” ou mesmo “mármore lioz”, o qual parece ter sido explorado em diversos lugares da Península de Lisboa, em particular na área de Pero Pinheiro, onde ainda hoje se mantém essa actividade extractiva de considerável significado económico tanto na antiguidade como agora.

Na sua globalidade, o repertório de todo o território olisiponense rivaliza com o mais amplo da província, aquele que corresponde à *colonia Emeritensis*, a sua capital. Por outro lado, contrasta com o de *Scallabis* (Guerra, 2002, p. 179), particularmente pobre em número e em qualidade, apesar de a cidade corresponder à sede da circunscrição jurídica romana da qual depende *Olisipo*. O exemplo escalabitano demonstra, com clareza, nem sempre existir uma relação directa entre a importância administrativa de lugar e a quantidade e qualidade dos vestígios epigráficos que subsistiram. Trata-se, no entanto, de um caso que configura mais uma situação de excepção que uma regra, para o qual falta ainda encontrar uma explicação satisfatória.

O panorama oferecido pela realidade olisiponense, no qual a riqueza das manifestações epigráfica se sobrepõe à importância política e económica do aglomerado, é de facto, a norma. Nesta cidade se constata igualmente que o já vasto conjunto epigráfico se tem vindo a enriquecer nos últimos tempos a um ritmo considerável, com achados que vão sublinhando a vivacidade do centro urbano ao longo do tempo e a prosperidade dos seus habitantes.

Por circunstâncias que não cabe no âmbito deste trabalho enunciar, mas normalmente relacionadas com o desenvolvimento de projectos urbanísticos e em consequência de um novo enquadramento legal de obras públicas em centros históricos, desenrolaram-se na cidade, em especial nas duas últimas décadas, muitas intervenções arqueológicas. Um número significativo decorreu na área que corresponderia ao espaço da antiga *Olisipo*, genericamente centrada em torno do morro do Castelo, mas abarcando igualmente algumas zonas baixas, nomeadamente o cordão que circunda esta elevação desde a actual Praça do Martim Moniz até à zona ribeirinha do Tejo por altura do Chafariz do Rei, passando pela Baixa Pombalina (Alarcão, 1994, p. 58-60).

Esta intensa actividade arqueológica acabou por produzir resultados substanciais, infelizmente nem sempre tornados públicos com a desejável celeridade e com o necessário rigor. As consequências desta multiplicação das intervenções fizeram-se sentir inevitavelmente no domínio das

inscrições romanas da cidade ao proporcionarem um conjunto de elementos que pode considerar-se muito relevante para a compreensão da história de *Olisipo*, quer pelo seu número, quer pela importância.

No período que decorre da publicação do último repertório de inscrições romanas da cidade, que abarca os últimos sessenta anos, o panorama foi já substancialmente acrescentado, em especial devido a algumas intervenções em áreas muito distintas. Em primeiro lugar, pela sua importância e notoriedade, figuram os trabalhos realizados na Praça da Figueira e imediações: nos anos '60, em consequência da abertura da linha de metropolitano no espaço onde actualmente se encontra a estação do Rossio e, mais recentemente, nos anos '90, como resultado de uma intervenção arqueológica que precedeu a construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

As mais antigas acções aí realizadas, foram empreendidas por Irisalva Moita na sequência do aparecimento de importantes vestígios arqueológicos afectados por essa obra, o que levou a primeira visita ao local em 7 de Fevereiro de 1961 e ao acompanhamento dos trabalhos, repletos de atribuladas vicissitudes, sem que fosse possível sustentar o avanço da destruição, a não ser por um curto período (Moita, 1968, p. 33-39). As suas reiteradas diligências acabaram, finalmente, por conduzir à entrada no processo da Junta Nacional de Educação, que assumiu a responsabilidade pelos trabalhos mais de um ano depois daquela data e empreendeu escavações no local. Esta intervenção sistemática, dirigida por Fernando Bandeira Ferreira (Helena, 1965, p. 307-308; Ferreira e Almeida, 1965, p. 82, 101, 105-106) permitiu identificar uma necrópole romana relativamente bem preservada, mas já profundamente afectada, na qual se encontraram algumas lápides funerárias, que constituem actualmente uma boa parte do espólio epigráfico da colecção do Museu da Cidade, em Lisboa. Apesar das condições em que decorreram estas acções, registou-se ao mesmo tempo um número significativo de sepulturas, bem como o seu amplo recheio, por vezes recolhido já fora do contexto. Na apresentação dos primeiros resultados destes trabalhos e do seu espólio mais significativo deu-se conta do aparecimento de lápides em diferentes publicações, como consequência da atribulada história que envolve os achados. Como resultado das responsabilidades assumidas na direcção da pesquisa, Fernando Bandeira Ferreira publicou, em colaboração com Justino Mendes de Almeida, quatro monumentos, três dos quais com contexto arqueológico conhecido (Ferreira e Almeida, 1965, p. 82-85 e 101-109). Outras quatro epígrafes foram recolhidas por Irisalva Moita, que delas deu notícia na pormenorizada na descrição das suas diligências e no repertório dos achados que a acompanha (Moita, 1968, p. 67-71, nn. 43, 51, 65 e 71), duas das quais já anteriormente assinaladas (Helena, 1965, p. 306-307). As circunstâncias particulares que envolveram a fase inicial da investigação levaram a que um outro monumento só fosse noticiado mais tarde. Trata-se de uma epígrafe depositada no Instituto Clássico da Universidade de Lisboa, divulgada apenas cerca de um quarto de século após o seu aparecimento (Dias, 1989). Por fim, como resultado do tratamento laboratorial de urna cinerária de chumbo depositada na mesma entidade museológica foi identificado um grafito, gravado na tampa desse recipiente (Encarnação e Fernandes, 1997; *HEp* 8, 606).

As escavações mais recentes revelaram um panorama idêntico e trouxeram à luz novos achados epigráficos cuja publicação se aguarda para breve.

Todo este conjunto constitui sem dúvida o mais representativo núcleo de epígrafes de *Olisipo* encontradas numa mesma área, apresentando para além disso duas assinaláveis vantagens. Por um lado os textos epigráficos encontram-se quase sempre completos, aspecto que contrasta fortemente com a maioria das inscrições romanas de aparecimento mais recente, quase sempre reduzidas a pequenos fragmentos. Para além disso, foi possível determinar, por vezes com bastante precisão, o seu contexto arqueológico, o que significa que, em certos casos, contamos com dados concretos sobre a natureza dos monumentos em que as lápides se inseriam. Esta conjugação de elementos

confere uma particular relevância a todo o conjunto, aspecto que sublinha igualmente a necessidade de se tornarem públicos todos os elementos relativos aos trabalhos, alguns dos quais, como se viu, aguardam publicação há mais de meio século.

No que concerne estritamente ao domínio da epigrafia, parece que o caso específico da Praça da Figueira poderá proporcionar elementos substanciais para compreender todo o conjunto funerário, de modo a estabelecer o enquadramento das inscrições. Será possível, em suma, traçar as componentes essenciais do ambiente e da “paisagem” em que se inserem os monumentos, aspecto a que Giancarlo Susini (1982, p. 17-18) conferiu uma especial dignidade e que constitui uma forma mais completa e mais complexa de estudar as manifestações que nos ocupam. Esta preocupação, que recentemente Luís Fernandes (2005, p. 29-31) renovou a propósito da documentação epigráfica do teatro romano de Lisboa, tem neste caso uma idêntica justificação.

Também na encosta da Sé, em geral, e no teatro romano e zona envolvente, em particular, se realizaram importantes pesquisas arqueológicas que levaram à identificação pontual de alguns achados epigráficos. De uma maneira geral, estas novas descobertas foram sendo esporadicamente assinaladas ao longo de um período muito dilatado, razão pela qual assume um especial interesse o estudo de todo o conjunto. A publicação ocasional e o estudo isolado, características que têm marcado a maioria destes achados, tornam mais clara esta carência, desde há muito sentida.

Os restos materiais do teatro romano foram objecto de uma primeira intervenção em fase recente, iniciada com uma sondagem no edifício da R. de S. Mamede ao Caldas, n.º 2 e 4B, dirigida por D. Fernando de Almeida, e continuada nos anos seguintes com uma campanha da responsabilidade de Irisalva Moita (1970, p. 14-15). Embora de dimensão muito mais reduzida que a da Praça da Figueira, a documentação epigráfica aí recolhida tem um especial significado, em particular a que respeita a este mesmo edifício público cuja importância na vida da cidade se manifesta precisamente em alguns documentos relevantes para compreender a vida pública ou, simplesmente, concernentes ao próprio edifício em si. Neste último caso se encontra a inscrição em caracteres gregos em que se regista o nome Μελο[μένη] por baixo de um relevo já fragmentado, descoberto na sequência destas intervenções (Moita, 1970, p. 16).

Mas estes trabalhos vieram igualmente contribuir igualmente para a redescoberta de alguns elementos da inscrição gravada no púlpito do edifício, já bem conhecida da investigação, em especial graças à documentação produzida por Francisco Xavier Fabri<sup>6</sup> e à publicação de Luís António de Azevedo (1815). O reaparecimento parcial deste importante documento (Moita, 1970, p. 16) relançou a discussão em torno do seu texto, a respeito da qual se suscitou alguma literatura (EO 70; Garcia, 1990, p. 469, n.º 490; Hauschild, 1990, p. 376-377; *HEp* 2, 1075), sem que tal se tenha traduzido em modificações substanciais na interpretação tradicional, consagrada pela obra de Hübner (*CIL* II 183). Mais recentemente, porém, Stylow (2001, p. 145) propôs uma alteração que afecta o sentido geral do texto, preferindo atribuir uma natureza temporal à titulação do imperador, que se iniciaria, segundo esta interpretação, com a forma *Nerone*. Esta sugestão parece aceitável no contexto da epigrafia monumental, mas debate-se com o óbice de não ser suportada por uma transcrição antiga e de pressupor que os editores deste documento epigráfico se equivocaram, malgrado este monumento apresentar, tendo em conta algumas partes subsistentes, uma extraordinária clareza. Talvez por esse facto Luís Fernandes (2005, p. 30-31) tenha retomado a proposta tradicional, optando, no entanto, por não reconstituir o texto muito lacunar do segundo vão, precisamente o que coloca mais problemas.

No âmbito destes trabalhos se identificaram igualmente algumas inscrições não relacionáveis com este edifício público, mas que correspondem a lápides funerárias, de proveniência muito distinta, mas reaproveitadas ao longo do tempo nas construções dessa área. Embora o seu estado frag-

mentário limite drasticamente a informação, uma delas corresponde a um elogio fúnebre do qual se lê apenas a expressão *[m]atri piis[simae]* (Trindade e Diogo, 1995 = FE 228; AE 1995, 727; HEp 1996, 1059), outra contém a sequência VTIC que tem sido interpretada como uma indicação de *origo Vtic(ensis)* (Diogo e Trindade, 1995 = FE 223; AE 1995, 728; HEp 6, 1058), na realidade bastante problemática.

As intervenções mais recentes, em particular os trabalhos realizados no mês de Agosto de 1985 no âmbito do projecto de investigação sobre o teatro romano de Lisboa, contribuíram para o alargamento deste quadro com um bloco inscrito em quem se registava, mais uma vez, o nome da personagem vinculado à renovação daquele espaço, o augustal perpétuo Gaio Heio Primo (Moita, 1995, p. 372-377; Diogo e Trindade, 1997a, FE 257; AE 1997, 773; HEp 7, 1186), cujos actos evergéticos, neste caso de natureza desconhecida, se parecem assinalar também neste monumento.

Apesar da topografia da cidade romana ser ainda mal conhecida, admite-se que nas proximidades do teatro se situaria o *forum*, juntamente com outros edifícios públicos que por regra a ele se associam (Alarcão, 1994, p. 58-61; Ribeiro, 1994, p. 84 e Fig. 3). Essa circunstância explica a importância de algumas das novidades epigráficas proporcionadas por trabalhos arqueológicos nessa zona. As escavações realizadas no edifício situado no Palácio do Correio-Mor, no cruzamento da Rua das Pedras Negras com a Travessa do Almada, onde se situariam as Termas dos Cássios, de acordo com o que se atesta numa inscrição pintada (CIL II, 191) levaram à identificação de um interessante conjunto, de ampla cronologia, no qual sobressai uma excepcional epígrafe, em que se patenteia a homenagem que a cidade promove a *L. Cornelius L. f. Gal. Bocchus, Salaciensis* (Diogo e Trindade, 1999a, FE 275; HEp 8, 608; González Herrero, 2002, p. 70). Os restantes monumentos, de menor importância, apresentam-se de uma forma geral bastante fragmentários, não permitindo restituir mais do que alguns elementos isolados do seu texto original (v. g. Trindade e Diogo, 1997; AE 1999, 856; HEp 9, 752). Noutras, porém, foi possível restituir alguma informação de natureza onomástica, como acontece numa inscrição em que se regista um *Albinus* (Diogo e Trindade, 1999b; AE 1999, 858, HEp 9, 753) e numa outra, atestando um elemento da *gens Iulia* (Trindade e Diogo, 1999a; AE 1999, 859; HEp 9, 754).

Daí provém igualmente uma epígrafe paleocristã (Diogo, 1994, p. 232, n. 284; HEp 6, 1057) iniciada com a fórmula *[Depos]itio* (Diogo e Trindade, 2000, FE 288; AE 2000, 680; HEp 10, 733) que deve inserir-se num mesmo contexto histórico-cultural de duas outras, encontradas nas imediações. Uma delas proveniente de uma intervenção realizada no Jardim do Palácio Penafiel (Rua de S. Mamede ao Caldas, 21), na qual se reconhece unicamente a parte inicial do texto, correspondente ao formulário referido, *depo[sitio]* (Trindade e Diogo, 1999b, FE 261), comum no âmbito cristão olisiponense (v. *infra*).

São numerosas as novidades que a actividade arqueológica deu a conhecer nos últimos anos, as quais contribuem para um melhor conhecimento da população da cidade, da sua actividade cívica, cultural e religiosa. Estes dados valem, contudo, se apreciados no seu conjunto, em especial se adicionados aos já conhecidos. Ainda que esta enumeração de resultados e contributos não seja exaustiva, constata-se que a obra na qual se recompilaram todos os achados de inscrições romanas de Lisboa (Silva, 1944) se encontra bastante desactualizada e a necessitar de uma urgente e profunda revisão. Tal facto é compreensível, em especial pelo lapso temporal que sobre esse repertório passou, o que conduziu não apenas ao aumento substancial dos novos monumentos, como a novas leituras e interpretações, decorrentes do natural desenvolvimento da investigação no âmbito desta disciplina.

Augusto Vieira da Silva, engenheiro militar de carreira, tinha uma ampla cultura, bem como uma elevada dose de entusiasmo com a qual decidiu levar a cabo uma tarefa que requeria conheci-

mentos, por vezes muito especializados, num domínio substancialmente diferente do da sua formação. Não deixa, nestas circunstâncias, de ser surpreendente a forma como desenvolveu a sua investigação, concretizada com a publicação de um trabalho de inegáveis méritos (Sousa, 1955; Branco, 1979, esp. p. 55), ainda hoje uma referência importante. Todavia, essa falta de uma preparação especializada teve reflexos em algumas deficiências do seu trabalho, postas em evidência por alguns epigrafistas<sup>7</sup> ou pelas sucessivas correcções a que suas leituras foram sujeitas<sup>8</sup>.

O conjunto epigráfico englobado na sua obra era constituído essencialmente por dois grandes grupos. Por um lado, o das inscrições já conhecidas, normalmente de há muito tempo, sucessivamente transcritas por diversos autores e já recolhidas e interpretadas por Emílio Hübner. Neste caso, Vieira da Silva seguiu, por norma, a proposta do ilustre epigrafista alemão, tanto mais que não subsistia, na maioria dos casos, o respectivo monumento.

Por outro lado, graças à sua actividade e influência, promoveu algumas intervenções em diferentes áreas da cidade, mas em especial no Castelo de S. Jorge, monumento a que já tinha devotado o seu primeiro estudo, datado de 1898. Todavia, é sobretudo nos anos de 1939 e 1940, coincidindo com as comemorações dos centenários e por elas enquadradas, que se realizam sob a sua responsabilidade amplas intervenções naquele conjunto edificado. Os trabalhos de demolição inseriam-se, com escrevia em 1940, num objectivo de “/.../ fazer o restauro do castelo, restituindo-se à cidade, consertado e alegre, o seu mais antigo e venerando monumento, evocador de eras passadas e de factos ocorridos em Lisboa que se prendem com a fundação e independência da nossa nacionalidade” (Silva, 1960, p. 381). Se bem que a sua preocupação não se orientasse prioritariamente para a investigação das realidades romanas, Vieira da Silva conferiu sempre uma atenção especial aos achados epigráficos que noticiou e documentou nas várias notícias que oportunamente foi publicando. Das duas primeiras descobertas apresentou um decalque num artigo publicado em Abril de 1940, na revista *Olisipo* (Silva, 1960, p. 363), a que se seguiu um contributo inserido no número de Junho desse ano, em que deu conta, sumariamente, de mais oito inscrições (Silva, 1960, p. 371-374).

Concluída a tarefa de restauro que se tinha proposto, coligira um conjunto substancial de novidades originárias do Castelo de S. Jorge, correspondente a 17 das 19 epígrafes com que inicia o seu repertório (Silva, 1944, p. 94-111, n.ºs 1-12, 14-16, 18-19). De uma maneira geral respeitam a monumentos fragmentários ou em deficiente estado de conservação, circunstância que justifica, em boa parte, as dificuldades sentidas por Vieira da Silva na análise destes documentos.

Numa circunstância parece demonstrar pouca agudeza de observação ou excessiva dependência das suas fontes, quando, na sequência *Sex(ti) f(i)lius* de EO 12, Vieira da Silva, seguindo Júlio Castilho (1937, p. 126) leu um P, embora tendo reconhecido que aí deveria estar gravado um F, letra que, de facto, lá se encontra (Salvado e Ferreira, 1984, p. 9-11). Também a interpretação dada ao nome de *Licina L. f. Mael[i]a*, proposto em EO 7, revela pouca familiaridade com a onomástica hispânica, uma vez que o antropónimo *Maela* (aquele que efectivamente ali se gravou) se encontra bem atestado na Lusitânia, estando mesmo bem representado no território olisiponense (Guerra, 2003, p. 138-141; *Atlas*, p. 222-223, Mapa 180).

Outras epígrafes revelavam-se mais problemáticas, compreendendo-se muito bem, nestes casos, as dificuldades sentidas pelo ilustre olisipógrafo. A sua lição do teónimo em EO 2 como *Mercurio Thoriali* foi alterada para *Mercurio Chortali* (Lambrino, 1952, p. 170-171), versão que veio a generalizar-se (*DIP*, p. 234-235; Garcia, 1991, p. 429, n.º 407). Apesar de nenhuma delas encontrar qualquer paralelo exacto na epigrafia do mundo romano, esta última hipótese revela-se, porém, mais adequada e encontra inclusivamente algum apoio numa inscrição proveniente de Gracanica (Sérvia e Montenegro), a antiga *Vlpiana*, onde o mesmo epíteto se associa a Júpiter Ótimo Máximo<sup>9</sup>.

A obra de Vieira da Silva teve, entre outros méritos, o de pôr em evidência a excepcional importância no domínio epigráfico do Castelo de S. Jorge, tornando claro que, para o estudo da Lisboa romana, se deveria prestar futuramente uma especial atenção a esse conjunto edificado, onde, independentemente dos vestígios do subsolo, uma grande quantidade de materiais de construção desse período se encontravam reutilizados.

Algumas das novidades que vieram enriquecer o repertório lisiponense no período compreendido entre a publicação de *Epigrafia de Olisipo* e os recentes trabalhos promovidos no do Castelo de S. Jorge são precisamente daí originárias e foram identificadas em consequência de uma observação minuciosa das estruturas construídas, em particular dos seus elementos de lioz, os quais sobressaem claramente entre os calcários de tonalidade amarelada, predominantes no material pétreo do edificado lisboeta. Este contraste de materiais constituiu um importante indicador que esteve na base das descobertas que se fizeram posteriormente, nomeadamente na identificação dos vestígios que aqui se publicam.

Uma parte da pesquisa orientada no sentido de recuperar esses blocos romanos reutilizados foi conduzida por Salete Salvado e Seomara da Veiga Ferreira e confluiu tanto na correcção de leituras anteriores como na descoberta de novos monumentos. Entre estes regista-se a parte terminal de uma epígrafe votiva (Salvado et al., 1986, p. 7-11), um monumento em que se identifica uma personagem feminina pertencente à *gens Antonia* (Salvado et al., 1986, p. 11-12) e um fragmento de uma inscrição funerária em que se leu a sequência *patrono pientissimo* (Salvado e Ferreira, 1984, p. 12-14).

A partir da intervenção de Vieira da Silva no Castelo de S. Jorge tornou-se evidente o potencial deste sítio no domínio da epigrafia romana, aspecto que veio a acentuar-se com o tempo e que se patenteia nos resultados da última intervenção no local, cuja vertente epigráfica constitui objecto desta publicação. Os elementos identificados não pertencem, portanto, a qualquer estrutura romana existente no local, nem podem ser adscritos, com segurança, a qualquer habitat concreto<sup>10</sup>, ainda que nessa área se tenham registado outros componentes arqueológicos que poderiam considerar-se coetâneos das inscrições. Pela complexidade do processo construtivo do castelo e das construções nele integradas é mais viável considerar que os vestígios em análise devem provir de diferentes pontos da cidade, tornando-se virtualmente impossível determinar a sua primitiva localização. Todavia, dado que o conjunto epigráfico retirado das estruturas do Castelo de S. Jorge é maioritariamente constituído por inscrições funerárias, é viável relacionar uma parte desse espólio com as estruturas sepulcrais que se desenvolveriam ao longo da via que se iniciaria na zona das Portas do Sol. A sua existência encontra-se documentada por uma sepultura identificada aquando da intervenção arqueológica realizada na Fundação Ricardo Espírito Santo<sup>11</sup> e a provavelmente deve relacionar-se igualmente com os achados ocorridos no Campo de Santa Clara, por onde deveria passar a via (Silva, 1944, p. 63-64) na proximidade da qual se costuma localizar outra necrópole (Alarcão, 1994, p. 60).

Os achados epigráficos aqui estudados foram descobertos na sequência de trabalhos que decorreram de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Lisboa e o IPPAR e que foram dirigidos por Ana Gomes e Alexandra Gaspar. Estes traduziram-se numa série de acções pontuais em vários edifícios da freguesia e numa escavação de uma ampla área situada na Praça Nova<sup>12</sup> de onde provém a maioria das inscrições (v. Figs. 1 e 2). Todos estes monumentos se encontram (Fevereiro de 2006), provisoriamente, nos depósitos temporários anexos ao local dos trabalhos, aguardando uma decisão sobre o seu destino futuro.

O espólio objecto deste estudo, à semelhança do que tem sido encontrado nas últimas décadas no Castelo de S. Jorge, patenteia uma grande diversidade, tanto no que respeita à sua natureza e qualidade, como no que toca à cronologia. Apesar de terem sido identificados maioritariamente



Fig. 1 Planta geral da área do Castelo, assinalando-se o espaço intervenido da Praça Nova.

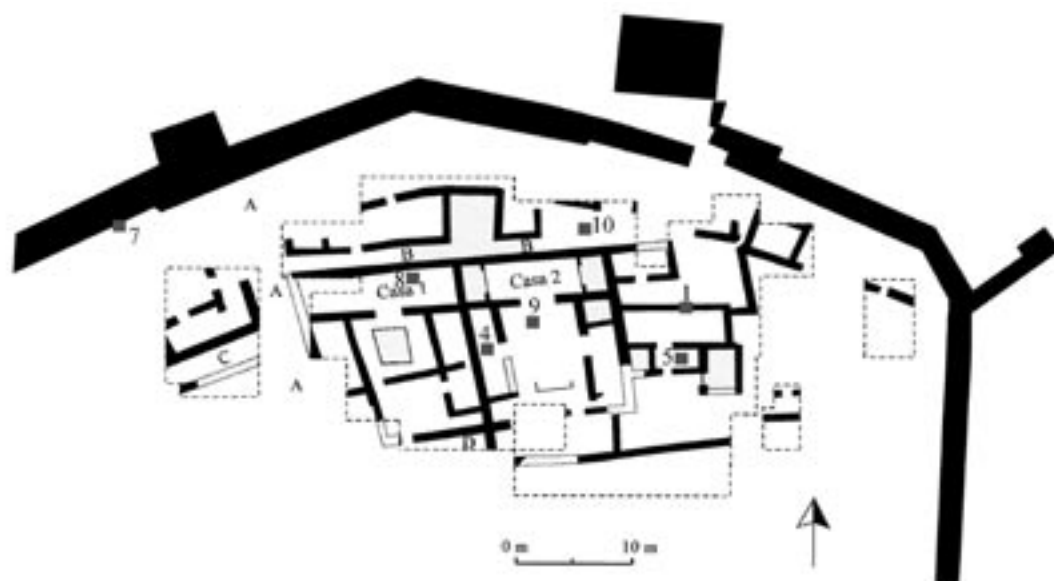


Fig. 2 Planta da área escavada, com as principais estruturas postas a descoberto e localização das epígrafes estudadas.



vestígios epigráficos enquadráveis no âmbito romano, foram igualmente recolhidos outros elementos mais recentes, que podem chegar até à época moderna. Todavia, constituem objecto deste estudo apenas os monumentos epigráficos latinos, inseridos no período romano ou alto-medieval, os quais constituem, de qualquer modo, uma clara maioria dos achados desta natureza. Apresentam-se, portanto, dez monumentos correspondentes a onze textos inéditos, um substancial contributo para o repertório de inscrições da cidade.

### 1. (Fig. 3)

Bloco de líoz róseo típico da região, bastante danificado, certamente uma ara, embora tenham sido quase completamente destruídos os elementos característicos deste tipo de monumentos. De facto, falta quase toda a parte superior da peça, correspondente ao capitel, da qual restam unicamente alguns vestígios da moldura na face lateral esquerda da ara. Do mesmo modo, perdeu-se toda a base do monumento, tendo este sido fracturado ao nível da sexta linha, o que eliminou uma parte do próprio campo epigráfico. Este apresenta-se, portanto, bastante destruído, tanto na sua extremidade superior como na inferior, e, para além disso, foi afectado por desgaste profundo ou outras acções que danificaram pontualmente a superfície conservada. Foram concretamente atingidas a zona das duas arestas, em particular ao nível das linhas 3 a 5, do lado esquerdo, e, do lado oposto, à altura das linhas 3, 5 e 6.

Proveniência: Porta Nova, quadrado P5A (Fig. 2, n.º 1)

Número de inventário: 2911.

Dimensões actuais do monumento<sup>13</sup> - 42 x 26 x 19.

Campo epigráfico - 32,5 x 26.

Altura das linhas - 1: 4,4; 2: 3,6; 3: 2,9; 4: ?; 5: 2,8; Espaços - 1: 1,2; 2: 0,8; 3: 0,6.

*Li[bertati] / Aug(ustae) / [F]elicitas Iulia Olisip[o] / per / <sup>s</sup>[Se]x(tum) Iulium Avitum / [.] Cassium [---] / [I]vir(os)*

*Felicitas Iulia Olisipo* consagra à Liberdade Augusta (este monumento), por intermédio de Sexto Júlio Avito e ... Cássio ...

Apesar de o campo epigráfico se encontrar bastante afectado, é possível reconhecer, de uma maneira geral, uma boa qualidade do trabalho lapidar, com uma distribuição do texto que alinha tendencialmente pelo eixo da simetria, facto que se observa em especial nas linhas 2 e 4. Apesar disso, percebe-se um ligeiro desvio desse eixo para a esquerda, particularmente saliente na quarta linha. A letra pode definir-se como capital em que os caracteres apresentam um módulo alongado, mesmo marcadamente esguio, em especial no texto subsequente à 2.<sup>a</sup> linha.

O tamanho dos caracteres denuncia uma evidente hierarquização, em sentido decrescente, com uma nítida oposição entre o conjunto representado pelas duas primeiras linhas (4,4 cm e 3,6 cm, respectivamente), em que se identificava a entidade objecto desta dedicatória e as restantes, concernentes à entidade promotora e seus representantes (um pouco inferiores a 3 cm). Este contraste, todavia, não se manifesta apenas na altura das letras, mas é especialmente sublinhado pela largura e profundidade do traço, aspecto que conferia ao texto respectivo uma dignidade especial.

A fractura distal e o desgaste da superfície afectaram de forma substancial o final do texto composto pelo lapicida, do qual se deve ter perdido pelo menos uma linha completa e a ainda uma parte da penúltima, onde figuraria o *cognomen* de um dos duúnviros da cidade.

Da primeira linha restam apenas as duas letras iniciais, LI, as quais não deixam melhor alternativa para a sua interpretação, tendo em conta a palavra subsequente. Por isso, apesar da clara afinidade com outros monumentos de *Olisipo*, onde imperadores ou membros da família imperial são o objecto da homenagem, neste caso temos uma entidade divina sob a forma de uma virtude. Torna-se todavia claro que, apesar de aparentemente muito diferentes, estas manifestações encontram-se intimamente ligadas. O elemento que as une é precisamente a sua integração no âmbito culto imperial nesta cidade provincial.

Tendo em consideração outros textos bem conhecidos, parece natural conjecturar que o texto se concluiria com o termo *duunviro*, na sexta linha. De facto, registam-se na cidade dedicatórias muito semelhantes, que homenageiam o imperador Adriano<sup>14</sup> e a sua família, nomeadamente sua mulher, *Sabina Augusta*<sup>15</sup>, e também *Matidia Augusta*<sup>16</sup>, sobrinha de Trajano. A esta mesma estrutura obedece uma outra dedicatória, a qual todavia se distancia cronologicamente destas, dirigida ao imperador Cómodo<sup>17</sup>.

Aparentemente, a ver pelos magistrados referidos nas epígrafes, as dedicatórias a Adriano e Sabina teriam sido contemporâneas, aspecto que levanta, todavia alguns problemas, decorrentes da cronologia atribuída à titulatura que estas personagens ostentam. Enquanto a homenagem ao *princeps* deveria situar-se, pela referência ao seu quinto poder tribunício, entre 120 e 121, o epíteto *Augusta* de sua esposa implicaria uma datação algo mais tardia, que se costuma colocar, com algumas interrogações<sup>18</sup>, diga-se, no ano de 128 d.C., ao mesmo tempo que Adriano receberia o título de *pater patriae*<sup>19</sup> (Cagnat, 1914, p. 195-197; Hidalgo, 2000, p. 206).

Deve salientar-se que, segundo a leitura do Anónimo Napolitano, habitualmente preterida, aí se referia o seu décimo primeiro poder tribunício. A oportunidade desta correcção poderá ganhar maior consistência se aceitarmos, com Hübner (*CIL*, p. 692), que apenas este autor e Accursio viram realmente a inscrição e que todos os restantes dependem deste último. Nestas circunstâncias, a epígrafe em causa dataria de um período compreendido entre Agosto de 126 e o mesmo mês do ano seguinte.

Esta alteração, todavia, não é suficiente para solucionar a incongruência referida, a não ser que se questione a cronologia tradicionalmente proposta para a concessão do título de *Augusta* a Sabina, a respeito da qual, na realidade, reina alguma incerteza. É possível que Hübner, constatando essa dificuldade, tivesse encarado a possibilidade de o primeiro dos magistrados municipais referido nas duas inscrições ser distinto. De facto alguns dos autores que transmitem o texto da epígrafe dedicada a Sabina (Bourdelot, Grutero, Flórez e Sobriño) registam *Rutilium* como o cognome desta personagem e um deles (Venturini) apresenta a lição *Rufum*, transcrição que chegou a ser assumida pelo erudito alemão como uma proposta mais fiável.

Esta inscrição, sem dúvida a mais importante deste conjunto inédito, assinala uma consagração por parte das entidades públicas da cidade de *Olisipo*, aqui citada pelo seu nome completo, *Felicitas Iulia Olisipo*, como acontece nas inscrições que lhe servem de paralelo. Como em outras situações, os *duunviro*s actuam também aqui em nome de toda a comunidade cívica, promovendo um acto que reveste simultaneamente as vertentes religiosa e política, com especial relevância para esta última, uma vez que se trata de uma dedicatória a entidade divinizada de natureza abstracta associada à figura do imperador.

A onomástica destes magistrados enquadra-se muito bem na tradição local, uma vez que neste caso se atestam dois membros das mais conhecidas e também das mais numerosas *gentes* da Lisboa romana. O primeiro, *[Se]x(tus) Iulius Avitus* faz-nos recordar, naturalmente, um outro magistrado de igual estatuto, *L(ucius) Iulius Avitus*, que se documenta, por duas vezes, nas dedicatórias ao imperador Adriano e a sua mulher, Sabina Augusta. Não é invulgar que se verifique uma tendência para a repe-

tição de determinados *cognomina* no seio das famílias importantes de uma mesma cidade. No entanto, não se pode dar como adquirido que estes dois personagens tenham maior afinidade do que pertencerem simplesmente à mesma *gens*. Esta possibilidade afirma-se como a mais viável por se verificar que a *gens Iulia* se apresenta como a mais amplamente atestada em todo o território, revelando, a par de Mérida, as maiores concentrações de toda a província (*Atlas*, p. 197-204, Mapa 158) e constituindo, neste domínio, um caso paradigmático na Hispânia (Abascal, 1994, p. 30). Mas, para além disso, dá-se a circunstância de esta conjugação onomástica — um *Iulius* que recebe o *cognomen* de *Avitus* — corresponder precisamente à associação mais frequente no âmbito dessa *gens*, documentada pelo menos em outros quinze casos, se considerarmos apenas o âmbito da Península Ibérica (Abascal, 1994, p. 30).

O outro duúnviro pertencia à *gens* Cássia, também ela especialmente concentrada neste município, uma vez que aí ocorre aproximadamente uma terça parte de todos os registos da Hispânia

(*Atlas*, p. 135). O relevo que esta *gens* assume no contexto da cidade costuma associar-se a um conhecido estabelecimento termal que recebeu o seu nome, as *thermae Cassiorum*. Mas o seu poder económico é igualmente sugerido pela posição relevante de um membro desta família, *M. Cassius Sempronianus*, daqui originário, o qual, num acto de evergetismo, promove a construção de um edifício de natureza desconhecida. Esta informação consta de um documento epigráfico (*AE* 1984, 526) aparecido na actual Tocina (Sevilha), sendo aí identificado também pela sua actividade comercial associada ao negócio do azeite (*diffusor olearius*)<sup>20</sup>. Sabemos, além do mais, que a sua acção não se circunscreve ao âmbito hispânico, mas estende-se à própria cidade de Roma, como o aponta uma marca laterícia aparecida em Óstia (Taglietti, 1994, p. 157-193). Como sublinha Vasco Mantas (1990, p. 170), pode presumir-se que a mesma origem lusitana deveria ter um duúnviro desta cidade portuária, pelo menos a julgar pelo seu nome, certamente *L. Cassius Reburrus*, apesar das grafias estranhas e díspares que a inscrição (*CIL* XIV, 413; *EDCS*) apresenta: *L. Caci Reburri* e *L. Kacius Reburrus*.

Estas personagens ilustram bem o poder económico das elites olisiponenses, que beneficiavam certamente da posição privilegiada da cidade, particularmente evidente no contexto do comércio atlântico, aspecto já várias vezes sublinhado (Chic, 1981, p. 243-249; Remesal, 1986, p. 77-79, 2004, p. 129; Fabião, 1993-1994, p. 239-241).

Neste caso concreto promove-se o culto à figura que gere os destinos do império através da colocação de uma ara a uma entidade abstracta, a *Libertas* (“Liberdade”), qualificada com o adjectivo



Fig. 3 Inscrição n.º 1.

*augusta*, marcando-se deste modo a intenção de visar explicitamente as virtudes imperiais, ao colocar-se um pequeno altar num espaço público, provavelmente num dos templos de *Olisipo*. Trata-se, portanto, de um monumento de grande significado simultaneamente religioso e político, mas em que esta última componente assume um especial relevo.

As atestações epigráficas de votos à *Libertas Augusta* são, de uma forma geral, bastante raras. Na Península Ibérica, regista-se mais um exemplo, correspondente à oferta de uma estátua a essa entidade divina, juntamente com a sua base, monumento que provém do *municipium Singiliense* (Cerro del Castillo, Antequera, Málaga)<sup>21</sup>. Ao contrário do que acontece em *Olisipo*, trata-se de uma iniciativa de um privado, embora certamente colocada em lugar público e promovida após uma autorização específica da assembleia dos decuriões. Costuma atribuir-se a esta epígrafe uma data correspondente à segunda metade do século II.

Apesar das dificuldades inerentes à data dos monumentos, que não proporcionam elementos intrínsecos fiáveis, é possível propor igualmente, para a inscrição de Lisboa, uma cronologia no âmbito do século II da nossa era. Para tal contribuem simultaneamente elementos de dupla natureza: por um lado a afinidade já posta em evidência entre este texto e o das dedicatórias ao imperador Adriano, a membros da sua família e a Cómodo, os quais apontam, como se viu, para um momento que se situa entre as décadas de vinte e de noventa da referida centúria; por outro lado, as particularidades paleográficas, anteriormente sublinhadas, que se enquadram perfeitamente dentro desta proposta e permitem corroborá-la.

Fora da Hispânia as dedicatórias que envolvem esta virtude são ainda mais raras, salientando, deste modo, a particular vitalidade que o culto do imperador e em particular o das divindades abstractas a ele associadas assumiu no contexto peninsular. Temos apenas notícia de mais um exemplo de uma consagração à *Libertas Augusta*<sup>22</sup>, promovida no município de *Bellunum* (a actual Belluno, Itália), cidade da *Venetia Histria*, por um particular. Recordar-se, por fim, a estátua erigida à *Libertas* em *Lugdunum* por um *sevir augustalis*<sup>23</sup>, acto que deve enquadrar-se nas homenagens promovidas por estas figuras no âmbito do culto imperial.

No âmbito da numismática são mais frequentes as dedicatórias à *Libertas Augusta*, especialmente a partir da dinastia dos Antoninos, o que contrasta com a sua ausência no início dos Júlio-Cláudios, nomeadamente sob Augusto.<sup>24</sup>

## 2. (Fig. 4)

Fragmento de uma placa moldurada, de mármore branco, com veios acinzentados, que deveria corresponder ao ângulo superior direito de um epitáfio pertencente a um mausoléu. O suporte é de excelente qualidade e o trabalho de lapicida denuncia igualmente uma oficina especializada de alto nível. O campo epigráfico, rebaixado cerca de 3,5 cm, apresenta uma moldura simples, de gola directa, bastante elegante. Na face superior do bloco, sobrepondo-se à moldura, identificam-se vestígios de uma pequena concavidade, que parece pertencer ao monumento original, provavelmente destinada à fixação da placa na estrutura em que se integra (v. Fig. 5).

Proveniência: Palácio das Cozinhas (Fig. 1, n.º 2)

Número de inventário: 4441

Dimensões actuais do monumento: 55 x 36 x 14.

Moldura: 6-7.

Campo epigráfico: 47 x 28

Altura das linhas : 1: 6,3; 2: 5,6; T= 7,1. Espaços : 1 : 3,3 ; 2,2



Fig. 4 Inscrição n.º 2.



Fig. 5 Perspectiva da parte superior do bloco que contém a inscrição n.º 2.

*Sex(tus) Pom(peius?) / Postumus /---+ /-----*

Aqui jaz Sexto Pom(peio?) Póstumo.

A distribuição do texto parece seguir um modelo menos habitual, uma vez que tudo aponta para que as linhas não fossem de leitura contínua, centradas, justificadas ou tendencialmente alinhadas à esquerda ou à direita. Antes dá a ideia de que o nome dos homenageados se dispunha em diferentes áreas do campo epigráfico, as quais, em certo sentido, funcionavam autonomamente. Deste modo, apesar de a lápide corresponder apenas a uma parte reduzida do monumento original, seria possível ler aí integralmente o nome de um dos defuntos, o que ocupava precisamente o espaço do canto superior direito da epígrafe.

Do documento resta, portanto, apenas o nome de um indivíduo. Embora subsista sempre a dúvida sobre a correcta interpretação do *nomen* desta personagem, há dois aspectos que recomen-

dam o seu desenvolvimento como *Pom(peius)*. Por um lado, a circunstância de este se apresentar, entre as possibilidades habitualmente mais consideradas e estatisticamente mais frequentes<sup>25</sup>, isto é, a par de *Pom(ponius)*, como a única que se encontra representada no âmbito da *urbs*, além do mais com um significativo número de elementos: *Pompeia Epacathi* (CIL II, 5227; EO 139); *Sex. Pompeius Faustus* (CIL II, 243; EO 56); *Sex. Pompeius L. f. Gal. Scapulae* (CIL II, 244; EO 57); *Q. Pompeius Vari lib. Iustus* (CIL II 241; EO 55); *Q. Pompeius Q. f. Hypnus?* (CIL II, 242; EO 76). Acresce que ostenta um *praenomen* habitualmente associado a esta *gens*, *Sextus*, o mesmo que se reconhece em dois dos quatro exemplos de nomes masculinos registados na epigrafia urbana.

Esta *gens* inclui representantes da elite olisiponense, integrados no grupo dos cidadãos, aos quais pertence seguramente *Sextus Pompeius Scapula*, a quem os libertos promovem uma homenagem (CIL II, 244). Considerando a riqueza excepcional do monumento em que se encontra sepultado, poderíamos imaginar que também *Postumus* poderia integrar este conjunto de indivíduos que gozava dos mais amplos direitos políticos. No entanto, se tivermos em conta que, em alguns casos, também os libertos conseguem acumular fortunas consideráveis e com frequência fazem questão em demonstrar publicamente esse seu poder económico (o caso de Gaio Heio Primo, o renovador do teatro de *Olisipo*, já referido, é sem dúvida o mais notório), uma decisão a este respeito torna-se objectivamente muito difícil de tomar. A favor desta última possibilidade poder-se-ia invocar o facto de, na sua identificação, se omitir a filiação, o que hipoteticamente denunciaria um propósito de esconder uma condição social geralmente desprestigiada. No entanto, também esta ilação não passa de uma conjectura, situação que os dados concretos não permitem superar.

De resto, parece que a este nome se associa, de facto, um núcleo de libertos (explicitamente só *Quintus Pompeius Iustus*) ou de pessoas que devem ter uma ligação mais ou menos próxima com o mundo servil, como se parece deduzir-se de *cognomina* como *Epacathi* e *Hypnus*. A mesma preponderância de *cognomina* de origem grega se pode captar na documentação epigráfica de Mérida, onde se registam os libertos *M. Pompeia L. l. Helena* e *L. Pompeius L. l. Diadumenus*.

### 3. (Figs. 6 e 7)

Fragmento de placa em lioz, dos quais se conserva parcialmente apenas uma face original, correspondente a uma peça de consideráveis dimensões, com cerca de 80-90 cm num dos lados. O bloco foi várias vezes reutilizado, uma vez que nele se gravaram, em momentos distintos, duas inscrições, usando-se, em cada época, apenas uma das faces.

Proveniência: Grupo Desportivo do Castelo, reaproveitado como soleira de uma casa islâmica (Fig. 2, n.º 3).

Número de inventário: 4443.

Dimensões actuais do monumento: 36 x 28 x 6.

#### 3.1. (Fig. 6)

Altura das letras: 7,5. Espaços: 3,0.

Na Face A encontra-se a mais bem conservada das epígrafes, que parece também a mais antiga, a qual revela um cuidadoso trabalho de lapicida, manifesto de diversas formas. A gravação dos caracteres obedece aos padrões de uma boa oficina, revelando uma preocupação em variar a profundidade e a largura dos traços de acordo com critérios bem definidos. Caracteres capitais, cujo módulo se aproxima bastante da chamada “capital quadrada”. A distribuição do texto, pela variação do ponto em que a linha se inicia parece respeitar genericamente o eixo da



simetria, aspecto que permite conjecturar sobre alguns aspectos da sua reconstituição. Com algumas reservas, propõe-se a seguinte interpretação:

----- / Luc[retia . f(ilia)] / Caec[iliana] / u[xor?] / mar(ito?)[---] / -----

Trata-se de um membro de uma *gens* bem representada na cidade, em cujo território ocorrem metade (isto é, 8 num universo de 16) dos indivíduos que na Lusitânia ostentam este *nomen* (*Atlas*, p. 218, Mapa 176). Seis deles atestam-se em epigrafia da própria *urbs* e, de uma forma geral, parecem integrar a comunidade dos cidadãos. Refira-se a circunstância particular de em todos estes casos<sup>26</sup> os seus membros masculinos apresentarem o *praenomen* *Lucius*, o que conferiria algum fundamento a uma hipótese de reconstituição da primeira linha conservada como *Luc[retia L(ucii) f(ilia)]*.

A onomástica desta personagem faz igualmente adivinhar um caso de relação entre esta família e a *gens* *Caecilia*, tendo em conta um processo bastante comum de formar *cognomina* com base no *nomen gentilicium* de um dos progenitores, neste caso, com maior probabilidade uma formação derivada do gentilício da linha materna. Os *Caecilii*, a que ela estaria ligada, constituem uma das famílias mais ilustres de *Olisipo* e cuja precoce presença no seu território foi sublinhada por J. Cardim Ribeiro (1982-1983, p. 362). Entre os mais distintos membros desta *gens* se inclui uma importante personagem, homenageada pela cidade com um excepcional monumento (*EO* 28), *L. Caecilius L. f. Celer Rectus*, o qual, entre outros cargos, exerceu o de questor da província da Bética, e a quem se atribuiu já uma origem olisiponense (Alföldy, 1969, p. 188-189; De Francisco, 1989, p. 105, n. 35; Caballos, 1990, I, p. 91-92; Ribeiro, 1994, p. 85). Esta dedução, para além do contributo dado por este último monumento, decorre essencialmente da preponderância deste nome na província da Lusitânia e muito em especial na cidade de *Olisipo*, na qual se identificaram alguns notáveis locais pertencentes a esta *gens*, nomeadamente os edis olisiponenses *C. Caecilius Q. f. Gal. Gallus* (*CIL* II, 192) e *Q. Caecilius Q. f. Gal. Caecilianus*<sup>27</sup>, bem como o filho deste último, *M. Caecilius Q. f. Gal. Avitus*.



Fig. 6 Inscrição n.º 3.1.

### 3.2. (Fig. 7)

Alturas das letras: 1. 6,1 - 7,1; 4,9 - 6,2; espaço: 1: 6,8; 2: 3,1.

Pelo facto de o bloco ter sido reutilizado, em determinado momento, com soleira, a superfície correspondente à Face B, onde se gravou a segunda inscrição, encontra-se particularmente desgastada. Além disso, apresenta uma concavidade correspondente ao encaixe no qual rodava o eixo da porta, o que afectou especialmente a parte do texto da segunda linha.

Apesar das alterações que sofreu o campo epigráfico e das dificuldades que se colocam à interpretação de um texto tão fragmentário, creio estar fora de causa que a epígrafe aposta nesta fase de reutilização se enquadre ainda no âmbito cronológico romano, provavelmente em fase tardo-imperial. Os caracteres obedecem a um módulo claramente rectangular e denunciam alguma irregularidade na sua gravação, a qual pode ser acentuada pelo marcado desgaste que a pedra sofreu. Apesar desta limitação, são perceptíveis algumas particularidades paleográficas, nomeadamente a tendência para não se fechar completamente os semicírculos correspondentes às letras R e B.



Fig. 7 Inscrição n.º 3.2.

[---] TEPF(vel E)RE[---] / [---mari?]to bene[merenti?] / -----

#### 4. (Fig. 8)

Fragmento de pequena placa de calcário de lioz, correspondente ao ângulo superior direito do monumento. Conserva-se a parte terminal de uma única linha, provavelmente a segunda do texto original. É possível conjecturar que a ampla margem que a separa do limite se justificasse pela existência de uma linha anterior, na qual deveria estar a habitual fórmula inicial, *D(iis) M(anibus)*, tendo especialmente em conta a distribuição do texto em documentos afins. Esta conjectura assenta, por exemplo, no resultado da comparação com a epígrafe seguinte, na qual

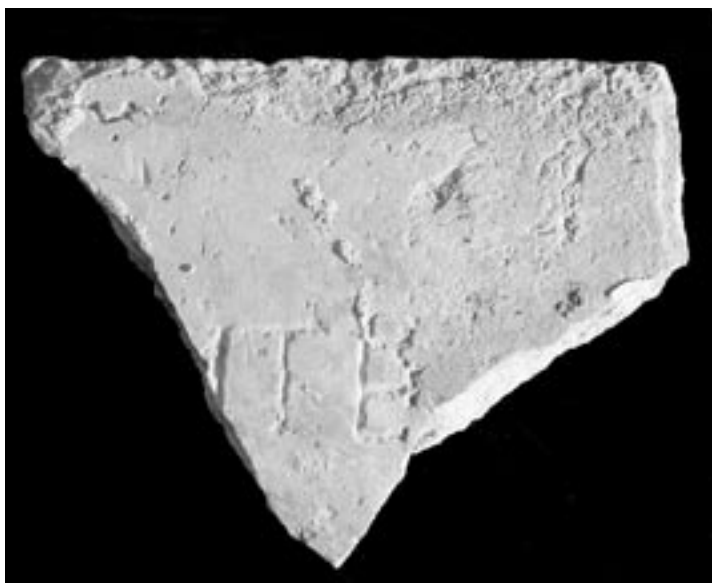


Fig. 8 Inscrição n.º 4.

a segunda linha se situa a 6,8 cm da margem (6,7 no caso vertente), num texto em que os caracteres se aproximam de 2,5 cm. Mas, para além disso, a existência dessa linha é denunciada pelos evidentes vestígios de um regramento obtido com ponta seca, circunstância que parece ser particularmente evidente nestas pequenas placas funerárias (v. nn. 5 e 9). Os dois traços paralelos que se conservam entre o limite superior e o texto subsistente permitem conjecturar, assim, que essa primeira linha não conservada teria 2,6 cm e seria separada da seguinte por um espaço de 1,1 cm.



Proveniência: Porta Nova, quadrado N9, nos níveis de abandono de um dos compartimentos da Casa 2 (Fig. 2, n.º 4).

Número de inventário: 4448.

Dimensões actuais do monumento: 16,7 x 12,6 x 3.

Alturas das linhas: 1. 2,2,6. Espaços: 1. 2,8: 2. 1,1.

[---]/[---]+TE /-----

##### 5. (Fig. 9)

Pequeno fragmento da parte superior de uma placa em calcário da região, que conserva escassos restos de um texto, distribuído por duas linhas. Estas são definidas, à semelhança do que se verifica em outros exemplos aqui dados a conhecer, por linhas de orientação bem marcadas. A gravação das letras, em duplo bisel, revela uma certa qualidade, que se evidencia em particular no *ductus* do C e do O.

Proveniência: Porta Nova, quadrado N5, níveis de abandono do bairro islâmico (Fig. 2, n.º 5).

Número de inventário: 4447.

Dimensão actual do monumento: 10,2 x 10,9 x 2,6.

Altura das letras: 2,3. Espaços: 2,7; 1,8.



Fig. 9 Inscrição n.º 5.

[D(üs)] M(anibus) [S(acrum)?] / [---]CO[---] /-----

Aos deuses Manes (?) ...

Apesar de ser possível identificar apenas três caracteres, parece viável supor que o primeiro pertence à mais comum das fórmulas iniciais dos epitáfios. De facto, o M é seguido de um ponto, em forma de estrela de pontas encurvadas, que se situa a alguma distância daquela letra, o que faz supor que a primeira linha era composta por caracteres bastantes distanciados. A respeito da sequência da segunda linha, pode apenas conjecturar-se que deveria pertencer à identificação do defunto.

##### 6. (Fig. 10)

Pequeno fragmento de placa de calcário de líoz rosado, no qual subsistem vestígios de um texto epigráfico distribuído por duas linhas. A gravação dos caracteres é irregular e efectuada aparen-



Fig. 10 Inscrição n.º 6.

temente sem o recurso a traços auxiliares que enquadrassem a distribuição do texto. Apesar das dúvidas a respeito da sua cronologia, admitimos, com reservas, poder tratar-se de um monumento situado no âmbito romano. Proveniência: Palácio das Cozinhas (Fig. 1, n.º 6).

Número de inventário: 4449.

Dimensões actuais do monumento: 14,8 x 9,5 x 3,2.

Altura da linha: 3,2. Espaço: 1,1.

[---]NO/[---]X/-----

#### 7. (Fig. 11)

Bloco de calcário rosado de lioz que corresponde a uma parte terminal de uma epígrafe funerária. Os caracteres, de módulo marcadamente rectangular, denunciam um trabalho de lapicida de inferior qualidade, aspecto denunciado pela irregularidade do traço.

Proveniência: Muralha Norte da Porta Nova (Fig. 2, n.º 7).

Número de inventário: 4445.

Dimensões actuais do monumento: 28 x 14 x 10,2.



Fig. 11 Inscrição n.º 7.

-----/ *h(ic) s(it-)* ---

#### 8. (Fig. 12)

Fragmento de uma placa de mármore branco, correspondente à parte intermédia da sua face esquerda. Gravação característica da epigrafia cristã, com uma irregularidade no traçado e gravação das letras, para além de algumas particularidades paleográficas bem conhecidas. Neste caso é particularmente evidente um característico *ductus* do A, que consiste na acentuada inclinação da sua barra transversal<sup>28</sup>.

Proveniência: Porta Nova, quadrado R 10, derrube do muro que delimita a norte o salão da Casa 1 (Fig. 1, n.º 8).

Número de inventário: 4446.

dimensões: 13 x 15 x 2,7-3,5.

Altura das letras: P= 5,5. Espaço: 3,4.

-----/ QV[---]/ PA[---]/[-----]

O estado fragmentário do monumento não permite qualquer interpretação consistente do epitáfio. Todavia, as duas sequências de caracteres poderiam eventualmente corresponder a um formulário muito frequente e característico no domínio da epigrafia cristã da Lusitânia, [--re]/qu[ievit in] / pa[ce--], bem atestado nos conjuntos mais numerosos, como os de Mérida<sup>29</sup> e Mértola<sup>30</sup>. Não seria surpreendente, por isso, que essa tendência tão marcada se verificasse também na documentação coetânea de Lisboa.



Fig. 12 Inscrição n.º 8.

#### 9. (Fig. 13)

Fragmento de placa em calcário de lioz, de cujos contornos originais se conserva apenas uma parte da face lateral direita.

Apresenta sinais claros de regramento, bastante marcado, obtido com ponta seca, constituído por traços distanciados entre si cerca de 50 mm, correspondentes à altura prevista para os caracteres e separados por um estreito espaço interlinear, de apenas 3 mm. Esta preocupação com o desenho de linhas auxiliares que enquadrassem o texto gravado deveria respeitar uma longa tradição, que as oficinas desta época continuam a manter como meio de organizarem o texto a gravar. Mas, porque se deveria ter perdido o hábito de paginar previamente o texto, desenhando-o letra a letra na própria pedra, esses traços auxiliares passaram a desempenhar um papel mais relevante, uma vez que constituíam, de facto, as únicas e verdadeiras pautas a partir das quais se organizava o trabalho do lapicida.

Mesmo assim, constata-se que alguns caracteres ultrapassam o espaço que lhes estava destinado, como acontece, de forma particularmente evidente, com a letra S, no final da segunda linha. No entanto, esta circunstância pode considerar-se excepcional, uma vez que o regramento é genericamente respeitado. Tal não significa, todavia, que todas as letras devam assentar precisamente na linha de base e atingir o limite superior do espaço que lhe estava destinado. Mais do que uma imposição de uma medida exacta aos signos gravados, as linhas constituem os reguladores gerais do texto, nos

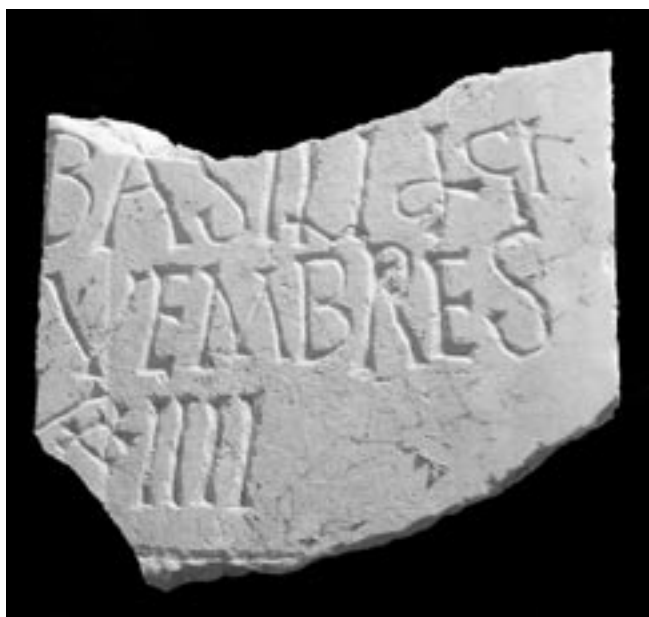


Fig. 13 Inscrição n.º 9.

quais se desenham caracteres que, com frequência não preenchem o espaço que por essa via lhes parece destinado.

Proveniência: Porta Nova, quadrado P8, níveis medievais que destroem o pátio da Casa 2 (Fig. 2, n.º 9).

Número de inventário: 4444.

Dimensões actuais do monumento: 22,5 x 17,5 x 2,1 - 4,2.

Altura das linhas: 1: 5,0; 2; 4,8; Espaços: 0,3.

----- / [---] *Basili(i) d(ie) <VI>I* / [---No] *vembres* / [*era D?*] *XXIII*

(Sepultura) de Basílio (que faleceu) no 7.º dia antes das / dos ... de Novembro, na era de ....

Apesar de alguma incerteza no que concerne à reconstituição da parte inicial do texto epigráfico, penso não ser ousado sugerir que este se iniciaria com o termo *depositio*, o qual deveria preceder o nome do defunto. Esta ilação decorre, em primeiro lugar, da circunstância de o nome do defunto se encontrar em genitivo. Para além disso, este formulário, já considerado típico da Lusitânia, mas não muito abundante dentro dela (Navascués, 1951, p. 32), ocorre com alguma frequência na cidade de Lisboa, onde os achados posteriores ao trabalho de Navascués permitem considerar um panorama bastante diferente do que então tinha traçado. Na realidade, constata-se que a predominância em território lusitano se afirma fundamentalmente nessa região, onde a percentagem de inscrições com esse formulário não tem paralelo. A sua distribuição centra-se, de qualquer modo, no eixo *Olissipo - Emerita*, com alguns exemplos dispersos que se prolongam até Beja, mas que não se registam no importante núcleo de Mértola (Dias, 1993).

A expressão *depositio* encontra-se, neste âmbito cultural, bem atestada em várias regiões, em especial no Norte de África, na Itália central e meridional (Etrúria, Úmbria, Apúlia e Calábria) e na Dalmácia. Todavia, ao contrário da tradição atestada em determinadas áreas no ocidente hispânico, o termo não se regista no início do texto epigráfico, mas anda associado a uma estrutura diferente de epitáfio, o qual se inicia com a identificação de defunto e se conclui com uma construção em que predomina uma sequência do tipo: (*est depositio eius* (uel *ipsius*) (*die*).

É viável, por isso, apontar este formulário como uma marca característica da epigrafia paleocristã de uma parte do território que pertencia à antiga província da Lusitânia, com particular incidência na região de Lisboa. Para além dos cinco exemplares inventariados por Navascués<sup>31</sup>, Vives, no seu repertório, apontara igualmente a possibilidade de o termo *depositio* iniciar um texto de uma lápide proveniente de Vide (*ICERV* 84), correspondente ao epitáfio de *Servanda*. Além deste, poderia eventualmente registar-se um novo caso em Mérida (*CICM* 157), a respeito do qual, todavia, se suscitaram algumas objecções, decorrentes do estado fragmentário da epígrafe e do facto de o nome do defunto se encontrar em nominativo, contra o que é de regra. Há alguns anos foi dado a conhecer um monumento originário de Fronteira (*HEp* 10, 736) iniciado com a expressão *depositio infantis*, a que se segue um texto que suscitou interpretações divergentes (Batata, Boaventura e Carneiro, 2000, p. 241-243; Dias e Gaspar *ad HEp* 10, 736). Por fim, a epigrafia de Lisboa contribuiu nos últimos anos com alguns novos registos, que vêm acrescentar substancialmente o panorama conhecido com as ocorrências seguintes: [*depositio*] *FE* 288 = *HEp* 10, 733; *depositio Tessodis* *FE* 284 = *HEp* 9, 750; *depo[sitio]* *FE* 261, aos quais virá juntar-se, como sugiro, esta epígrafe inédita.

O nome *Basilius*, de origem grega<sup>32</sup> (Solín, 1982, p. 1009 e 1358), não é frequente neste contexto histórico-cultural, pelo menos no âmbito hispânico, contra o que acontece em outras regiões. Na sua forma masculina ocorre numa das “pizarras visigodas” encontradas na localidade de Diego Álvaro,

Ávila (*HEp* 3, 30). O mesmo nome se identifica na Torre de Palma, talvez num âmbito cronológico um pouco mais antigo<sup>33</sup>. Na sua versão feminina regista-se em Solia<sup>34</sup>, Hinojales (*ICERV* 136-137) e, provavelmente, também em Mérida (*CICM* 23), se não se trata, neste caso, de uma *Basilla*.

Esta epígrafe apresenta, para além disso, uma particularidade bem conhecida deste período, mas relativamente rara no âmbito do território actualmente português. Trata-se da utilização do episemo<sup>35</sup> (*episemon*), símbolo com valor numérico de 6, que se encontra já documentado numa inscrição deste mesmo período, proveniente de Chelas<sup>36</sup>.

O facto de a parte inicial das linhas se ter perdido impede qualquer segurança sobre a data aí gravada. Aparentemente parece desenhar-se aí uma letra com o característico traço oblíquo que identifica, por via da regra, as abreviaturas, mas que encontramos igualmente a cortar o numeral D, em alguns casos pontuais.

#### 10. (Fig. 14)

Fragmento de lintel de mármore rosado, de uma forma geral bem conservado, apresentando apenas uma ligeira fractura, no canto inferior esquerdo, que não afecta o texto. A inscrição é enquadrada por uma linha simples e contínua, de pequena profundidade, que serve de moldura. Este traço é acompanhado, do lado exterior, por um motivo decorativo encadeado, em traço fino que descreve um círculo em torno de uma perfuração produzida por trépano e depois se prolonga, em linha quase recta e oblíqua até ao círculo seguinte.

Proveniência: Porta Nova, quadrado S8, reutilizada num muro medieval (Fig. 2, n.º 10).

Número de inventário: 4442.

Dimensões: 41 x 28 x 16,5.

Moldura = campo epigráfico: 37 x 10,6.

Altura das letras: 8,2 - 8,6.

**(alfa; crísmo; omega) *Adiubante Chr(ist)o* (monograma?; omega; alfa) [---]**

Com a ajuda de Cristo...



Fig. 14 Inscrição n.º 10.

*Ductus* muito peculiar, caracterizado por um traçado bastante fino e por letras que se enquadram num módulo decididamente rectangular, particularmente estreito. O aspecto mais saliente da distribuição do texto reside num nexu que envolve a sequência ANTE, no qual a última letra se representa apenas por três pequenos traços horizontais, sendo os dois inferiores quase imperceptíveis numa primeira observação.

Esta forma participial apresenta uma grafia normal nesta época, uma vez que se regista uma tendência marcada para o betacismo, tanto em contexto hispânico<sup>37</sup> como fora dele. De resto, a mesma forma se pode encontrar em duas epígrafes, uma proveniente do Norte de África<sup>38</sup>, outra de Itália<sup>39</sup>. Estas duas inscrições servem igualmente de paralelos para esta forma verbal e a sua peculiar grafia, inserida em expressão igual ou afim — *adiubante Deo et do/mino Ie(s)u Chr(isto)*, no caso da inscrição norte africana. Para além disso, também ambas se documentam num contexto cristão, associadas à consagração de determinados edifícios de culto, tal como acontece num outro exemplo itálico, este Ravena<sup>40</sup>, onde a forma verbal se grafa como *adiuvante*.

Em síntese, o conjunto analisado apresenta, como se verificou, uma enorme heterogeneidade, tanto no plano cronológico, como a nível do estado de conservação dos monumentos e do contributo que aportam à investigação. Um número substancial diz respeito a inscrições que se integram no âmbito romano, mas a maioria corresponde a fragmentos reduzidos de texto, não proporcionando qualquer elemento significativo. Em alguns casos pontuais identificaram-se elementos onomásticos, integrais ou passíveis de reconstituição fiável, os quais, sem constituírem novidade, acabam por acrescentar o elenco da população urbana e, neste caso particular, o dos seus mais altos magistrados.

Todavia, tendo em conta a escassez dos elementos para a caracterização do desenvolvimento urbano no período tardo-romano e alto medieval, pode afirmar-se que as novidades carreadas pelo conjunto a esta fase da história da cidade sobressaem claramente sobre as que respeitam à fase anterior. Parece claro, tendo em conta a globalidade dos elementos já conhecidos, que a cidade de Lisboa manteve, ao longo desta época, uma particular importância no contexto do Ocidente peninsular, certamente em consequência da sua posição privilegiada, em especial no domínio da navegação fluvial e marítima, mas também na sua riqueza agrícola.

Se as manifestações epigráficas pudessem ser um indício fiável do desenvolvimento urbano ou da prosperidade dos lugares, então Lisboa afirmar-se-ia, neste plano, como um exemplo da persistência de um núcleo com relevo económico ao longo do tempo, em contraste com o que sucede em outros locais próximos. Em concreto se, a este propósito, se comparasse o conjunto já descoberto com as manifestações idênticas em Alcácer do Sal, Setúbal e Santarém, resultaria clara a importância relativa que Lisboa adquire no âmbito geográfico relativamente unitário da foz do Tejo e Sado.

Alcácer do Sal, que desempenha um papel relevante durante os primeiros séculos da presença romana, parece perder progressivamente a importância e só o núcleo industrial de Tróia deve resistir às transformações que marcam profundamente o período baixo-imperial. Quanto aos outros casos, as circunstâncias peculiares que já se tornam evidentes na epigrafia romana, nomeadamente a aparentemente inexplicável ausência total de epigrafia na antiga *Caetobriga* e o diminuto número de inscrições de *Scallabis*, aconselha alguma prudência na análise. Mas penso não ser ousado conjecturar que, à semelhança de Alcácer, também estas duas cidades sentem a crise mais ou menos generalizada da vida urbana, que atinge de forma especial alguns núcleos.

A projecção que a cidade da foz do Tejo continuou a manter reflecte-se, ainda que de forma tênue pelas circunstâncias concretas do desenvolvimento urbano e da atenção dada a este tipo de vestígios, principalmente em dois planos. No plano da demografia, ao evidenciar uma população cujos elementos se apresentam cada vez mais numerosos, de forma mais substancial nas duas últi-



mas décadas. E no plano das transformações culturais, em especial da consolidação de uma sociedade progressivamente cristianizada e que vai introduzindo na própria vivência urbana alguns sinais muito evidentes dessa metamorfose. A construção de templos que respondem à progressiva generalização do cristianismo na cidade, alguns deles, como se viu acima, em áreas que se encontram muito próximas do antigo centro político romano. Esta transformação estrutural acarreta, naturalmente, a transferência das necrópoles para o interior destas estruturas e, em consequência, a passagem destas das áreas periféricas para o próprio centro da cidade.

## NOTAS

- 1 Estou profundamente grato às responsáveis pelos trabalhos arqueológicos, Dr.<sup>as</sup> Alexandra Gaspar e Ana Gomes, por terem disponibilizado estes materiais para estudo e pelo empenho que puseram na sua publicação, fornecendo os elementos que lhes diziam respeito e pondo à disposição todos os meios ao seu alcance. Um agradecimento é devido igualmente ao Mestre João Pimenta, pela sua colaboração nestas tarefas.
- 2 Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigador da UNIARQ.  
Faculdade de Letras  
Alameda da Universidade  
1600-214 Lisboa  
amilcarguerra@fl.ul.pt
- 3 Sobre as questões do estatuto concedido a *Olisipo* e da cronologia em que este lhe foi atribuído v. Le Roux, 1990, p. 43-44 e, ultimamente, Faria, 2001, p. 353-355, com bibliografia anterior.
- 4 Em breve será publicado o artigo com uma série de epígrafes inéditas desse concelho que Carla Matias tinha praticamente concluído quando prematuramente nos deixou e em cuja revisão me empenhei.
- 5 A actividade de extracção de pedra nesta região durante o período romano foi identificada, de forma inequívoca, em Colaridade, Sintra, onde se escavou uma pedreira que terá fornecido calcários para a construção de um habitat adjacente (Coelho, 2002, p. 289-298, 306-307). Todavia, não se localizaram, até ao momento, explorações de lioz em período romano que pudessem relacionar-se com o suporte habitualmente usado nas oficinas lapidárias olisiponenses.
- 6 O desenho, várias vezes publicado, encontra-se reproduzido em versão reduzida no catálogo da exposição *Lisboa Subterrânea* (Leite e Pereira, 1994, p. 208-209).
- 7 Um dos casos paradigmáticos é diz respeito à correcção de um suposto teónimo *Aponianicus Poliscinius*, pela primeira vez por Pflaum (sobre esta questão v., por último, Ribeiro, 1987).
- 8 Sobre a questão, v., nomeadamente, Búa e Guerra, 1999, esp. p. 330-331.
- 9 *ILJug III, 1427 [I(ovi)] O(ptimo) M(aximo) / [coh]ortali / Iunoni / reg(inae) / -----*.
- 10 Para além de um importante habitat pré-romano, encontraram-se igualmente amplos vestígios materiais de uma presença romana de período imperial no sítio, de que se estudaram os restos anfóricos (Pimenta, 2003).
- 11 Agradeço a Alexandra Gaspar, responsável pelos trabalhos, esta informação.
- 12 Sobre estes trabalhos, em geral, v. Gaspar et al. (2000), Gaspar e Gomes (2001), Gomes e Gaspar (2001), Gomes et al. (2003), Gomes et al. (2005). Sobre os restos anfóricos de período romano encontrados nessa área v. Pimenta (2003, 2004).
- 13 Salvo indicação em contrário, as medidas apresentam-se em centímetros.
- 14 Hübner (*CIL II, 186*) transmite a versão seguinte: *Imp(eratori) Caesari / Traiano Hadriano / Aug(usto) divi Nervae nep(oti) / divi Traiani Dac(ici) Par(thici) fil(io) / co(n)s(uli) III trib(unicia) potest(ate) V / Felicitas Iulia Olisipo / d(onum) d(edit) / per M(arcum) Gellium Rutilianum / et L(ucium) Iulium Avitum Ilvir(os)*.
- 15 *CIL II, 4992; CIL II, 5221; EO 72: Sabinae Aug(ustae) / Imp(eratoris) Caes(aris) Traiani / Hadriani Aug(usti) / divi Nervae nepotis / divi Traiani Dac(ici) Par(thici) fil(iae) d(onum) d(edit) / Felicitas Iulia Olisipo / per / M(arcum) Gellium Rutilianum / et L(ucium) Iulium Avitum Ilvir(os)*.
- 16 *CIL II, 4993; EO 82: Matidiae / Aug(ustae) / Fel(icitas) Iul(ia) Olisipo / per / Q(uintum) Antonium Gallum / T(itum) Marcium Marcianum / Ilvir(os)*
- 17 *CIL II, 187: Imp(eratori) Caes(ari) Imper(atoris) / M(arci) Aurel(i) Antonini / Aug(usti) fil(ii) divi Pii nep(oti) divi / Hadr[iani] pron(epoti) divi / Trai(ani) Par(thici) abnep(oti) / L(ucio) Aurelio Commodo / Aug(usto) German(ico) Sarm(atico) / Fel(icitas) Iul(ia) Olis(ipo) / per / Q(uintum) Coelium Cassianum / et M(arcum) Fabium Tuscum Ilvir(os)*
- 18 Sobre esta questão v. Eck, 1978, col. 910-911, onde se sustenta que essa cronologia tradicional é problemática, porque as realidades da epigrafia e numismática do mundo romano demonstram que, na prática, o uso desse título se atesta, com alguma insistência, em momentos anteriores.
- 19 Cagnat (1914, p. 195) sublinha que este título pode, todavia, ocorrer antes dessa data.
- 20 Sobre esta personagem existe já uma abundante literatura, que se inicia com Fernández, 1983, p. 183-191. Entre as principais referências encontram-se Loyszance, 1986; Mantas, 1990, p. 170, 1996, p. 360-361; Remesal, 2004, p. 129.
- 21 *Libertatis / Aug(ustae) / signum cum / sua basi / C(aius) Fabius C(ai) fil(ius) Quir(ina) / Fabianus / pecunia sua / d(onum) d(edit) CIL II, 2035 (=ILS 3780)*.
- 22 *AE 1990, 403, EDH HD016857, EDR081903: Libertati / Aug(ustae) sacrum / T(itus) Publicius / Ianuarius / v(otum) [s(olvit) l(ibens)] m(erito)*.
- 23 *ILTG 240; AE 1934, 97; AE 1935, 61; EDH HD026794: C(aius) Satri[---] / IIIIIvir A[ug(ustalis)] / qui et statuam ar[gen]team libertatis ex / [li]bris centum quin/quaginta testamento / pon[i]iussit et dedica/tion(e) \ (denarios) [cent]um(?) dari / decur[ion]ibus et / IIIIIv[iris] Aug(ustalibus) b]imos.*
- 24 Sobre o significado da *Libertas* neste contexto e sobre a sua presença nestes períodos v. Belloni, 1974, esp. p. 1074, 1089-1090.
- 25 Na Lusitânia documentam-se 31 indivíduos que apresentam, por extenso, o gentílico *Pompeius* /-a; ocorrem, na mesma província, 11 atestações seguras de *Pomponii*, a quase totalidade destes últimos em Mérida ou no seu território (*Atlas*, p. 266). Se tivermos em conta o âmbito de toda a Hispânia, esses números sobem, respectivamente, para 161 e 41 (Abascal, 1994, p. 198-201). Para além destes, atestam-se ainda, de forma residual, 2 *Pompili* e outros 2 *Pomptili* (Abascal, 1994, p. 201).
- 26 *L. Lucretius L. f. Nepos et Lucretia L. f. Avi[ta]* (EO 112), de Lisboa; *L. Lucretiu[s] L. f. Gal. Severus* (EO 138), de Lisboa ou do seu *ager*; *Lucretia L. f. Severa* (CIL II, 5226) de Olhalvo, Alenquer.

- <sup>27</sup> CIL II, 261 Cfr. Mantas, 2000, p. 136; Guerra, 2002, p. 64. Sobre a eventual relação desta personagem e da seguinte com o *consul suffectus* de 164 d.C., Q. Caecilius Avitus, provavelmente origem lusitana, v. Caballos, 1991, p. 91.
- <sup>28</sup> Esta peculiaridade convive com outras, não sendo possível atribuir-lhe qualquer significado cronológico dentro do âmbito das manifestações epigráficas paleo-cristãs. A respeito deste aspecto particular e da sua realização nas epígrafes de Mértola v. Santiago, 2005, p. 192-194.
- <sup>29</sup> Nesta cidade a expressão ocorre em mais de vinte epígrafes: CICM 13, 16, 18, 21, 22, 23, 33, 34, 34, 37, 40, 43, 44, 47, 50, 51, 52, 56, 61, 72, 86, 119.
- <sup>30</sup> É fórmula habitual, presente em quase todos os textos em língua latina (Dias, 1993, n. VI-XI, XIII-XXI, XXIII-XXVII). Apenas em duas delas (Dias, 1993, n. I e XXVIII) se regista a alternativa *recessit in pace*.
- <sup>31</sup> Na análise da inscrição de Chelas, Navascués (1951, p. 32) dá conta de paralelos para a fórmula inicial em monumentos descobertos no mesmo local (correspondente a ICERV 72), Mérida (ICERV 41), Évora (ICERV 82) e Beja (ICERV 82).
- <sup>32</sup> Regista-se igualmente como gentílico latino (Solin e Salomies, 1994, p. 447; Abascal, 1994, p. 96), o que levou a que se considerasse a possibilidade de, em alguns casos, nomeadamente numa atestação de Mirabel, Cáceres (Abascal, 1994, p. 299), corresponder a um nome latino.
- <sup>33</sup> A inscrição, que o seu editor data do século IV, corresponde a um “carimbo” que diz: *Eme Basili vivas in contubernio* (Heleno, 1962, p. 316).
- <sup>34</sup> CIL II-7, 779; HEp 1, 307; AE 1986, 364; EDCS - *Basilia fa/mula [3] / INVI[3] / SVA[3] / CEMLI[3] / coniugali [so]/cietate ann[o]s / XXX recessit / in pace s(u)b d(ie) II N(o)n(as) / N(ovem)br(es) (a)era DC / LXXXVIII*.
- <sup>35</sup> Este termo, embora inusitado, corresponde à versão portuguesa, que alguns dicionários registam (Figueiredo, 1939, p. 1027), do grego ἐπίσημον.
- <sup>36</sup> A respeito deste caso em particular e, de uma maneira geral, sobre este símbolo e o seu significado se pronunciou já, de forma bastante completa, Joaquín M. de Navascués (1951, esp. p. 21-33; relativamente à lápide em questão, p. 30-33, n. 1), para cuja obra remetemos. Aí se corrige a leitura e cronologia do monumento, propondo-se a interpretação: *Depositio / bone memori(ae) / Marturi d(ie) / felicit decem(bribus uel -bris) / idibus era / DC<VI>III*.
- <sup>37</sup> No repertório epigráfico do Ocidente peninsular não abundam, todavia, os exemplos de betacismo. Regista-se, por exemplo, numa lápide de Berlanga (Badajoz) a grafia *requiebit* (Salas et al., 1997, n. 72, p. 84).
- <sup>38</sup> AE 1998, 1584, de *Midili* (a actual Ain Midla, Argélia): *Hic (h)abetur memoria sanc(t)or(um) Faustini et Saturnini / cuius festibitas celebratur die pri/die Nonas Septembres Deo adiubante et do/mino Ie(s)u Chr(isto) Restutus diaconus cum suis / botum reddidit d(omin)o amen*
- <sup>39</sup> ICI III/4, 24, do *Pagus Fificulanus* (a actual Aveia, Itália): *[In] honore(m) d(e)i et s(an)c(t)i Iustini pr(es)byter(is) c(onfessoris) ego E[udo] / [pec]cator pr(es)byter cum Ractecauso pr(es)bytero ierm[ano] / [f]fecimus fieri opera ista adiubante d(e)o*.
- <sup>40</sup> CIL XI, 298 = ILCV 1036 e 1797 *In honore sancti ac beatissimi primi martiris Stephani / servus Christi Maximianus episcopus hanc basilicam / ipso adiuvante a fundamentis construxit et dedicavit / die tertio Idus Dece<m=N>bris ind(ictione) XIII novies p(ost) c(onsulatum) Basili Junioris*

## BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J. M. (1994) - *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Madrid: Universidad Complutense; Murcia: Universidad.
- AE = *Année Épigraphique*. Paris.
- ALARCÃO, J. de (1994) - Lisboa romana e visigótica. In *Lisboa subterrânea*. Milão: Electa; Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 58-63.
- ALFÖLDY, G. (1969) - *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*. Wiesbaden: Steiner.
- BELLONI, G. G. (1974) - Significati storico-politici delle figurazioni e delle scritte delle monete da Augusto a Traiano (zecche di Roma e ‘imperiali’). In *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt II.1*. Berlin-New York: Walter de Gruyter, p. 997-1114.
- BÚA, C.; GUERRA, A. (1999) - Nova interpretação de uma epígrafe votiva do Poço das Cortes, Lisboa (EO 144-E). In VILLAR, F.; BELTRÁN, F., eds. - *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana: Actas del VII Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Zaragoza, 12 a 15 de Marzo de 1997)*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”; Salamanca: Universidad (Estudios Filológicos; 273), p. 329-338.
- CABALLOS RUFINO, A. (1991) - *Los senadores hispanorromanos (siglos I-III). I: Prosopografía*. Écija: Gráficas Sol.
- CAGNAT, R. (1914<sup>4</sup>) - *Cours d'épigraphie latine*. Paris: Fontemoing et C.<sup>ie</sup>
- CASTELO BRANCO, F. (1979) - *Breve história da olisipografia*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- CASTILHO, J. (1935<sup>2</sup>) - *Lisboa antiga. Bairros orientais, vol. I*. Lisboa: Câmara Municipal.
- CHIC GARCÍA, G. - *Rutas comerciales de las ánforas olearias hispanas en el Occidente romano. Habis*. Sevilla. 12, p. 223-249.
- CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlin.
- COELHO, C. (2002) - Estudo preliminar da pedreira romana e outros vestígios identificados no sítio arqueológico de Colaride. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, p. 277-323.
- DESSAU, H. (1892-1916) - *Inscriptiones Latinae Selectae*. Berlin: Deutsche Akademie der Wissenschaften.
- DIAS, M. M. A. (1984) - Um epitáfio romano achado em Lisboa (*conventus Scallabitanus*). *Euphrosyne*. Lisboa. 12, p. 235-238.
- DIAS, M. M. A. (1993) - Epigrafia. In TORRES, C.; MACIAS, S., eds. - *Museu de Mértola. Basílica paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 103-138.
- DIOGO, A. M. D. (1997) - Inscrição paleocristã do Palácio Penafiel, em Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 56, n.º 261.



- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1995) - Inscrição dedicada a um possível natural de Útica, proveniente de Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 49, n.º 223.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1999a) - Homenagem a L. *Cornelius Bocchus*, encontrada nas Termas dos Cássios (Lisboa). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 60, n.º 275.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1999b) - Fragmento de inscrição referente a um *Albinus*, proveniente de Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 62, n.º 282.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (2000) - Fragmento de inscrição paleocristã da Rua das Pedras Negras, em Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 63, n.º 288.
- DIP = Encarnação, 1975.
- ECK, W. (1978) - Vibia Sabina. In *Pauly Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*. 15. Suppl. Stuttgart: Metzler, col. 909-914.
- EDH = *Epigraphische Datenbank Heidelberg* (<http://www.uni-heidelberg.de/institute/sonst/adw/edh/index.html>, consultado entre 20 Fevereiro e 10 de Março de 2006).
- EDCS = *Epigraphik-Datenbank Clauss / Slaby* (<http://compute-in.kueichstaett.de:8888/pls/epigr/epigraphikkl>, consultado entre 20 Fevereiro e 10 de Março de 2006).
- EDR = *Epigraphic Database Roma* ([http://cisadu4a.let.uniroma1.it/panciera/index\\_it.html](http://cisadu4a.let.uniroma1.it/panciera/index_it.html), consultado entre 20 Fevereiro e 10 de Março de 2006).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2001<sup>2</sup>) - *Roteiro epigráfico de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; FERNANDES, L. (1997) - Uma urna cinerária romana da Praça da Figueira. *Olisipo*. Lisboa. 5, p. 15-19.
- EO = Silva, 1944.
- ÉTIENNE, R. (1958) - *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris: De Boccard.
- FABIÃO, C. (1992) - O passado proto-histórico e romano. In MATTOSO, J., ed. - *História de Portugal*, 1. [S/l]: Círculos dos Leitores, p. 76-299.
- FABIÃO, C. (1993-1994) - O azeite da *Baetica* na *Lusitania*. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 219-245.
- FARIA, A. M. de (2001) - *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:2, p. 351-362.
- FE = *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra.
- FERNANDES, L. da S. (2005) - *C. Heius Primus, augustalis perpetuus*. Teatro e encenação do poder em *Olisipo*. *Máthesis*. Viseu. 14, p. 29-40.
- FIGUEIREDO, C. de (1939) - *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- GARCIA, J. M. (1991) - *Religiões Antigas de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- GASPAR, A., GOMES, A. (2001) - Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de São Jorge. *Arqueologia Medieval*. Porto. 7, p. 95-102.
- GASPAR, M. A.; GOMES, A. M.; SEQUEIRA, M. J.; SILVA, R. B. (2000) - Arqueologia urbana em Lisboa. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. 8. Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, p. 55-70.
- GOMES, A.; GASPAR, A. (2001) - O Castelo de São Jorge - da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo. In *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 397-404.
- GOMES, A.; GASPAR, A.; PIMENTA, J.; GUERRA, S.; MENDES, H.; RIBEIRO, S.; VALONGO, A.; PINTO, P. (2003) - Castelo de São Jorge. Balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos. *Património Estudos*. Lisboa. 4, p. 214-223.
- GOMES, A.; GASPAR, A.; VALONGO, A.; PINTO, P.; MENDES, H.; RIBEIRO, S.; PIMENTA, J.; GUERRA, S.; (2005) - Cerâmicas medievais de Lisboa - Continuidades e rupturas. In *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal, p. 221-236.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. (1983) - Nueva inscripción de un *diffusor olearius* en la Bética. In BLÁZQUEZ, J. M.; REMESAL, J., eds. - *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional (Sevilla, 1982)*. Madrid: Universidad Complutense, p. 183-191.
- GONZÁLEZ HERRERO, M. (2002) - Contribución al estudio prosográfico de los *equites lusitanorromanos*: el *cursus honorum* del tribuno *Lucius Cornelius Lucii filius Galeria Bocchus. Aquila Legionis*. Madrid. 2, p. 33-57.
- GUERRA, A. (2002) - A epigrafia de *Scallabis*. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 179-184.
- GUERRA, A. (2003) - Algumas notas sobre o mundo rural do território olisiponense e as suas gentes. In *Mundo antigo. Economia rural*. Lisboa: Colibri, p. 123-150.
- GUERRA, A. (2004) - Perspectiva sobre a epigrafia funerária latina da região de Torres Vedras. *Turres Veteras*. Torres Vedras. 6, p. 59-72.
- HEP = *Hispania Epigraphica*. Madrid.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. (2000) - Plotina, Sabina y las dos Faustinas: la formación de las Augustas en la política imperial. *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca. 18, p. 191-224.
- HAUSCHILD, Th. (1990) - Das römische Theater von Lissabon, Planhaufnahme 1985-88. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 31, p. 348-392.
- HELENO, M. (1965) - A estação luso-romana da Praça da Figueira. *Ethmos*. Lisboa. 4, p. 305-308.

- HELENO, M. (1962) - A "villa" lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série. 4, p. 313-338.
- ICERV = Vives, 1969<sup>3</sup>.
- ILCV = *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*. Berlin; Dublin /Zurich, 1925-1967.
- ILJug = Šašel e Šašel, 1963-1986.
- ILS = Dessau, 1892-1916.
- LAMBRINO, S. (1952) - Les inscriptions de S. Miguel de Odrinhas. *Bulletin des Études Portugaises de l'Institut Français au Portugal*. Coimbra. Nouvelle série. 16, p. 134-175.
- LE ROUX, P. (1990) - Les villes de statut municipal en Lusitanie romaine. In *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques; 42), p. 35-49.
- LOYZANCE, M. F. (1986) - A propos de *Marcus Cassius Sempronianus olisiponensis, diffusor olearius*. *Révue de Études Anciennes*. Bordeaux. 88:1-4, p. 274-284.
- MANTAS, V. G. (1976) - Nota acerca de três inscrições de *Olisipo*. *Conimbriga*. Coimbra. 15, p. 147-169.
- MANTAS, V. G. (1982) - Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras, *Conimbriga*. Coimbra. 21, p. 5-99.
- MANTAS, V. G. (1985) - Três inscrições romanas do concelho de Torres Vedras. *Conimbriga*. Coimbra. 24, p. 125-150.
- MANTAS, V. G. (1990) - As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques; 42), p. 149-205.
- MANTAS, V. G. (1994) - Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 70-75.
- MANTAS, V. G. (1996) - Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., eds. - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal; Lisboa: Dom Quixote, p. 343-370.
- MANTAS, V. G. (2000) - A rede viária romana e medieval da região de Torres Vedras. In *Turres Veteras, I*. Torres Vedras: Câmara Municipal, p. 9-25.
- MÓCSY, A. (1985) - *Beiträge zur Namenstatistik*. Budapest: Instituto Archaeologico Universitatis de Rolando Eotvos.
- MOITA, I. (1968) - Achados da época romana no sub-solo de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. 29:116-117, p. 33-71.
- MOITA, I. (1970) - O teatro romano de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. 31:124-125, p. 7-37.
- Atlas = NAVARRO CABALLERO, M.; RAMÍREZ SÁDABA, J. L., eds. (2003) - *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida: Fundación de Estudios Romanos; Bordeaux: Ausonius.
- NAVASCUÉS, J. M. de (1951) - *La era "...as"*. Madrid: CSIC.
- PIMENTA, J. (2003) - Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de S. Jorge (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 341-362.
- PIMENTA, J. (2004) - *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CICM = RAMÍREZ SÁDABA, J. L.; MATEOS CRUZ, P. (2000) - *Catálogo de las inscripciones cristianas de Mérida*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1986) - *La annonna militaris y la exportación de aceite bético en Germania*. Madrid: Universidad Complutense.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (2004) - Promoción social en el mundo romano a través del comercio. In MARCO SIMÓN, F.; PINA POLO, F.; REMESAL RODRÍGUEZ, J., eds. - *Vivir en tierra extraña: emigración e integración cultural en el mundo antiguo*. Barcelona: Universitat, p. 125-136.
- RIBEIRO, J. C. (1982-1983) - Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*. *Sintria*. Sintra. 1:1-2, p. 151-476.
- RIBEIRO, J. C. (1987) - *Aponianicus Poliscinius*: um falso teónimo. In *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vitoria-Gasteiz, 6-10 de Mayo de 1985)*. Vitoria: Instituto de Ciencias de la Antigüedad, p. 311-325.
- RIBEIRO, J. C. (1994) - *Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea. Al-madan*. Almada. 2.ª série. 3, p. 75-95.
- SALAS, J.; ESTEBAN, J.; REDONDO, J. A.; SÁNCHEZ, J. L. (1997) - *Inscripciones romanas y cristianas del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz*. Badajoz: Editora Regional de Extremadura.
- SALVADO, S. S.; FERREIRA, S. da V. (1984) - Três inscrições romanas de *Olisipo*. *Lisboa. Revista Municipal*. Lisboa. 2.ª série. 8-10, p. 8-16.
- SALVADO, S. S.; FERREIRA, S. da V.; ROBALO, J. M. D.; ROBALO, M. da C. (1986) - Três outras inscrições romanas de *Olisipo*. *Lisboa. Revista Municipal*. Lisboa. 2.ª série. 18, p. 3-13.
- SANTIAGO FERNÁNDEZ, J. (2005) - La escritura de las inscripciones cristianas de Mértola. *Documenta & Instrumenta*. Madrid. 3, p. 187-215.
- ŠAŠEL, A.; ŠAŠEL, J. (1963-1986) - *Inscriptiones Latinae quae in Iugoslavia inter annos ... repertae et editae sunt*. Ljubljana: Narodni musej.
- SILVA, A. V. da (1944) - *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a história da Lisboa romana*. Lisboa: Câmara Municipal.
- SILVA, A. V. da (1960) - *Dispensos. Vol. II*. Lisboa: Câmara Municipal.
- SOLIN, H. (1982) - *Die stadtrömischen Sklavennamen. Ein Namenbuch I-III. Forschungen zur antiken Sklaverei*. Stuttgart: Steiner.

- SOLIN, H; SALOMIES, O. (1994<sup>2</sup>) - *Repertorium nominum gentilium et cognomina Latinorum*. Hildesheim-Zürich-New York: Olms-Weidmann.
- SOUSA, J. M. C. (1955) - Elogio do engenheiro Augusto Vieira da Silva. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 2.ª série. 6, p. 9-22.
- STYLOW, A. U. (2001) - Las estatuas honoríficas como medio de autorrepresentación de las elites locales de Hispania. In NAVARRO CABALLERO, M.; DEMOUGIN, S., eds. - *Elites hispaniques*. Bordeaux: Ausonius, p. 143-155.
- TAGLIETTI, F. (1994) - Un inedito bollo laterizio ostiense ed il commercio dell'olio betico. *Epigrafia della produzione e della distribuzione. VIII<sup>ème</sup> rencontre franco-italienne sur l'épigraphie du monde romain, Rome 1992*. Roma: École Française de Rome, p. 157-193.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1995) - Fragmento de placa funerária do teatro romano de Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 50, n.º 228.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1997) - Fragmento de inscrição de *C. Heius Primus*, proveniente de Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 55, n.º 257.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1999a) - Um fragmento de epígrafe romana proveniente da Termas dos Cássios, em Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 61, n.º 279.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1999b) - Fragmento de inscrição referente a um *Iulius*, proveniente de Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 62, n.º 283.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1999c) - Inscrição funerária paleocristã da Rua de São Mamede ao Caldas, em Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 62, n.º 284.
- VIVES, J. (1969<sup>3</sup>) - *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*. Barcelona: CSIC.
- LLTG = WUILLEUMIER, P. (1963) - *Inscriptions latines des Trois Gaules*. Paris: CNRS.

